Relatório final de atividades

Projeto: Sistema de apoio de gestão informacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

O.I MCTI

Coordenador do Projeto:	**Marcel Garcia de Souza**		
Nome do(a) pesquisador(a):	**Camila Laís Gonzaga Lucena**		
Vigência da Bolsa de Pesquisa:	**02/02/2026**	**Até:**	**31/07/2026**
Encerramento em:	**31/07/2026**		
Ref. Fundação:	**7822**	**Ref. Ibict:**	**593/2024-36**

Descrição das Atividades da Bolsa de Pesquisa:

1 – Realizar O Levantamento De Autores Que Abordam O Acesso À Informação Enquanto Direito Social. Meta 2 2 – contribuir no planejamento das capacitações e organizações dos eventos virtuais e presenciais. Meta 2 3- Relatório das atividades desenvolvidas.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação tem sido reconhecido, progressivamente, como um direito social fundamental nas sociedades democráticas contemporâneas. Hamelink (2005) situa o acesso à informação no campo dos direitos humanos, argumentando que a disponibilidade da informação é condição indispensável para a participação plena dos cidadãos na vida pública e para o exercício consciente da cidadania.

No contexto brasileiro, esse direito ganhou contornos normativos expressivos ao longo das últimas décadas. Calderon (2013) traça o percurso histórico do direito à informação no Brasil, evidenciando como sua consolidação culminou na promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei nº 12.527/2011), marco legal que estabelece a transparência como regra e o sigilo como exceção na gestão pública da informação.

Cepik (2000) aprofunda essa discussão ao analisar os desafios legais e institucionais para a efetivação do direito à informação, destacando que sua garantia depende não apenas de marcos normativos, mas de estruturas organizacionais capazes de tornar a informação acessível de forma efetiva. Nessa perspectiva, Freire (2006) reforça que o acesso à informação deve ser construído de forma participativa, articulando gestão informacional e controle social.

É nesse quadro que se insere o projeto "Sistema de apoio de gestão informacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)", desenvolvido pelo Ibict. Conforme aponta Bezerra (2024), o Estado tem responsabilidade ativa na garantia do acesso à informação como bem comum, o que confere ao presente projeto um compromisso que vai além da organização técnica das fontes informacionais — trata-se de efetivar, na prática institucional, um direito social fundamental.

2 MÉTODO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório, orientada pela compreensão do acesso à informação enquanto direito social. O levantamento teve como objetivo identificar e sistematizar autores e obras que discutem a informação como bem público e como condição para o

exercício da cidadania, com ênfase na produção científica brasileira e internacional sobre o tema.

A seleção dos autores foi realizada a partir de critérios de relevância temática, reconhecimento acadêmico e contribuição direta ao debate sobre o direito social à informação. Os resultados foram organizados e sistematizados em documentação técnica, consolidando o referencial teórico levantado e contribuindo para o aprimoramento da base conceitual do projeto

3 RESULTADOS

3.1 Exemplos de atividade de levantamento ou coleta

O levantamento bibliográfico permitiu identificar autores e obras que fundamentam o acesso à informação enquanto direito social. A literatura mapeada evidencia que o tema articula dimensões jurídica, política e social, consolidando o acesso à informação como condição essencial para o exercício da cidadania e o controle democrático do Estado.

Quadro 1 - Quadro-síntese das referências sobre o direito de acesso à informação, cidadania e controle social

Autor	Obra/Referência	Contribuição ao tema
Hamelink, C. J.	Direitos Humanos para a Sociedade da Informação (2005)	Situa o acesso à informação no campo dos direitos humanos fundamentais
Calderon, M.	A evolução do direito de acesso à informação até a Lei nº 12.527/2011 (2013)	Traça o histórico do direito à informação no Brasil até a LAI
Cepik, M.	Direito à informação: situação legal e desafios (2000)	Analisa o acesso à informação como direito do cidadão e os desafios para sua efetivação

Freire, G. H.	Construção participativa de política para gestão e acesso à informação (2006)	Aborda o acesso à informação na perspectiva da participação social
Possato e Marques	Direito de acesso à informação como meio de controle social da administração pública (2024)	Articula o acesso à informação à cidadania e ao controle democrático do Estado
Bezerra, A.	Ética da informação e os desvios do contrato social (Ibict)	Discute a responsabilidade do Estado na garantia do acesso à informação como bem comum

Fonte: elaboração própria (2026).

Os autores identificados convergem para a compreensão de que o direito à informação transcende a dimensão técnica da gestão documental, inscrevendo-se no campo dos direitos fundamentais. O mapeamento revelou três eixos principais na literatura: o direito jurídico à informação, fundamentado nos princípios de transparência pública; o acesso à informação como fator de desenvolvimento e participação social; e a responsabilidade institucional do Estado na efetivação desse direito.

3.2 Ampliação do escopo da pesquisa

No decorrer da vigência da bolsa, foi possível ampliar o escopo da pesquisa por meio da participação em roda de conversa com estudantes do curso de Direito da Universidade de Pernambuco, na qual foi discutida a obra *O Direito Achado na Rua* – Introdução Crítica ao Direito à Comunicação e à Informação, organizada por José Geraldo de Sousa Junior e Murilo César Ramos. Trata-se de um volume da coleção O Direito Achado na Rua, que propõe uma leitura crítica do direito à informação para além de sua dimensão normativa.

A obra defende que o direito à informação não é apenas uma garantia prevista na Constituição, mas um direito construído historicamente pelas lutas sociais e pela participação popular. Nessa perspectiva, o acesso à informação é compreendido como

condição indispensável ao exercício pleno da cidadania, articulando-se a temas como democratização da comunicação, inclusão digital, pluralidade midiática e justiça social.

A discussão enriqueceu o referencial teórico do levantamento realizado, ao oferecer uma perspectiva crítica sobre a relação entre informação, poder e democracia — dimensão complementar às abordagens identificadas na revisão bibliográfica e diretamente relacionada aos objetivos do projeto

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Arthur. Ética da informação e os desvios do contrato social. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas, Porto, n. 14038, 2024. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/14038. Acesso em: jun. 2026.

CALDERON, M. A evolução do direito de acesso à informação até a culminância na Lei nº 12.527/2011. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, v. 4, n. 2, p. 25-47, 2013. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/7801/1/RBCP_N2_P25-47.pdf. Acesso em: jun. 2026.

CEPIK, M. Direito à informação: situação legal e desafios. Informática Pública, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 43-56, dez. 2000. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31106-34214-1-PB.pdf. Acesso em: jun. 2026.

FREIRE, G. H. de A. Construção participativa de instrumento de política para gestão e acesso à informação. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, 2006.

HAMELINK, C. J. Direitos humanos para a sociedade da informação. In: SOUTO, Leonardo Fernandes (org.). O profissional da informação em tempo de mudanças. Campinas: Alínea, 2005.

POSSATO, Karim Regina Nascimento; MARQUES, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug. Direito de acesso à informação como meio de controle social da administração pública. Revista de Direitos Humanos e Efetividade, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2024.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; RAMOS, Murilo César (org.). O direito achado na rua: introdução crítica ao direito à comunicação e à informação. Brasília: UnB, 2015.

De acordo:

Documento assinado digitalmente
gov.br
CAMILA LAIS GONZAGA LUCENA
Data: 21/10/2026 20:06:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCEL GARCIA DE SOUZA
Data: 29/10/2026 09:07:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Camila Laís Gonzaga Lucena **Pesquisadora**	**Marcel Garcia de Souza** **Coordenador do projeto**